

“Nenhum país conseguiu sucesso na redução da pobreza sem crescimento sustentado”

“O sucesso da China tem sido notável. Menos de uma geração atrás, oito em cada dez chineses sobreviviam cultivando o solo por menos de US\$ 1 ao dia. Um em cada três adultos não sabia ler nem escrever. Desde então, 200 milhões de pessoas livraram-se da pobreza absoluta e do analfabetismo”

James D. Wolfensohn, presidente do Bird, em discurso em Hong Kong em setembro de 97

“A variável que altera a renda e diminui a pobreza é a educação”

“A universidade terá de se abrir para ser capaz de treinar mais gente com o pé no chão e olhos no futuro”

Presidente Fernando Henrique Cardoso, em discurso no Rio em setembro de 97

“Há necessidade cada vez maior de que os governos (...) assegurem às universidades privadas o acesso ao mercado de capitais para financiar sua expansão”

Donald Winkler, consultor do Bird, em 1994

“O interesse do Bird na gestão de governos é motivado pelo compromisso de promover o desenvolvimento social e econômico”

Lynnette Asselin, consultora do Bird, em 1995

“O tipo da educação e da estrutura educacional que se exige é outro, diferente daquele que nós perseguimos até aqui”

Ministro Paulo Renato Souza, da Educação

Reforma do ensino é atual prioridade de FHC

Setor identificado como um dos mais carentes não recebeu devida atenção no início do mandato

Diante do desgastado diagnóstico de falência do ensino público, as iniciativas de mudança adotadas pelo governo brasileiro parecem ir além de coincidências com a política defendida pelo Banco Mundial. Em análise sobre a administração financeira dos países da América Latina em 1995, Lynnette Asselin, consultora do Banco Mundial, escreveu em documento da instituição que o Bird estava concentrado “em incentivar os governos a criar estruturas legais e institucionais” para o desenvolvimento.

O governo brasileiro aparentemente seguiu à risca a indicação. A reforma do ensino é hoje uma bandeira de Fernando Henrique Cardoso. Ele escolheu o ano da sucessão presidencial para atacar um dos setores mais carentes, que nos primeiros dois anos de governo não mereceu a atenção devida – apesar de a educação ter sido um dos motes de sua campanha eleitoral.

O governo primeiro formulou as bases para dar o salto. O principal

projeto foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei n.º 9.394/96, aprovada depois de uma manobra dos líderes governistas que fizeram passar a proposta do senador Darcy Ribeiro (PDT), que morreu no ano passado.

O substitutivo virou lei e sepultou a proposta do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública. Há pelo menos cinco anos o fórum propunha mudanças na LDB de 1971, que havia unificado o ginásio e o primário, criando o 1.º e o 2.º graus.

A proposta de reforma do ensino isolou as entidades de classe de professores e funcionários. Os sindicatos ainda não aceitam as alterações. Os docentes criticam a falta de diálogo do governo com as entidades e classificam as medidas como tímidas e de resultados duvidosos.

Com a LDB, o ministro Paulo Renato investiu na alteração do sistema universitário. Aplicou o provão, para avaliar o ensino superior, e concentrou-se na proposta de mudança na autonomia das universidades. Para isso, a ferramenta legal foi a proposta de Emenda Constitucional (PEC) 370-A/96, que altera as formas de financiamento das universidades e tramita no Congresso.

**APROVAÇÃO
DA LDB FOI
FUNDAMENTAL
PARA GOVERNO**